



## INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA, FOME E PANDEMIA

### FOOD INDUSTRY, HUNGER AND PANDEMIC

Romário Edson da Silva Rebelo<sup>1</sup>

#### RESUMO

Turismo gastronômico, *fake news* da sopa de morcegos e espetacularização da distribuição de cestas básicas durante os primeiros meses da pandemia foram cruciais para me fazer questionar o uso estratégico da fome e de doenças pelo capital. Neste artigo, portanto, tive como objetivo compreender como o mercado de iguarias vem ganhando espaço na indústria alimentícia, problematizando como essa indústria, ao mesmo tempo que produz e distribui alimentos pelo mundo todo, também gera e faz circular fome e doenças. Para compreendê-lo, propus pensar com as ferramentas teóricas que Lipovetsky desenvolveu sobre o consumo emocional, assim como as trabalhadas por Lazzarato quanto à lógica do capital como máquina de guerra, sem perder de vista a crítica e a resistência que movimentos sociais fazem a esse fenômeno, o que me pareceu exigir a ferramenta teórica que Fraser usa ao falar das concessões que um neoliberalismo progressista fez a esses movimentos, como a instituição de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ao final, conclui que a pandemia não foi o freio a que Benjamin se referia como a interrupção da locomotiva da história, e sim mais uma parada na qual se expulsou aqueles que não poderiam seguir viagem pelos trilhos do progresso.

**Palavras-chave:** consumo emocional; mercado de iguarias; capital como máquina de guerra; neoliberalismo progressista.

#### ABSTRACT

Gastronomic tourism, *fake news* about bat soup and spectacular distribution of basic food baskets during the first months of the pandemic were crucial to make me question the strategic use of hunger and disease by the capital. In this article, therefore, I aimed to understand how the delicacy market has been gaining ground in the food industry, problematizing how this industry, while producing and distributing food all over the world, also generates and circulates hunger and diseases. To understand it, I proposed thinking with the theoretical tools that Lipovetsky developed on emotional consumption, as well as those worked by Lazzarato on the logic of

---

<sup>1</sup> Doutorando em Direitos Humanos e Estudos Críticos pelo PPGD/ICJ/UFGA. Mestre em Direitos Humanos e Inclusão Social, também pelo PPGD/ICJ/UFGA. Membro do Grupo de Pesquisa CESIP-Margear/CNPq. Bolsista da CAPES. Licenciado da advocacia pela OAB/PA. Servidor público da FUNPAPA, entidade gestora da Política Nacional de Assistência Social no Município de Belém. E-mail para contato: [romariorebelo@live.com](mailto:romariorebelo@live.com).



capital as a war machine, without losing sight of the criticism and resistance that social movements make to this phenomenon, which seemed to me to demand the theoretical tool that Fraser uses when speaking of the concessions that a progressive neoliberalism made to these movements, as the institution of a National Policy of Food and Nutritional Security. In the end, he concludes that the pandemic was not the brake that Benjamin referred to as the interruption of the locomotive of history, but another stop in which those who could not continue their journey through the tracks of progress were expelled.

**Keywords:** emotional consumption; delicacies market; capital as a war machine; progressive neoliberalism.

## 1 INTRODUÇÃO

Muitos negaram ou ainda negam a existência ou a gravidade da pandemia, minimizando a letalidade do Covid-19, chegando a compará-la, no caso, o presidente do Brasil, a de uma gripezinha qualquer.

Pensadores importantes, como Agamben (2020), veem nela um discurso de terror a serviço de um dispositivo cuja estratégia é o cerceamento das liberdades civis para o recrudescimento do que ele chama de Estado de exceção permanente. Outros, como Žižek (2020), a veem como um ensaio para um projeto socialista, diante da incapacidade de países capitalistas geri-la sem expor as escolhas feitas em favor do mercado e em detrimento de formas de vida menos ou sequer valorizadas. E há também aqueles como Butler (2020) que se propuseram a expor o que a pandemia se encarregou de denunciar: a desigualdade social que afeta até mesmo a transmissão, a contaminação e o acesso aos serviços de saúde.

Uma publicação, de março de 2020, reuniu o que esses pensadores disseram sobre a pandemia. O título? *A sopa de Wuhan*. Junto dele, a capa, que trazia imagens de morcegos estilizados, geraram polêmica, mas a intenção de seu idealizador, Amadeo (2020), era mais uma ironia à *fake news* que circulava no início do ano, não só nos grupos de *WhatsApp*, mas também em grandes canais de comunicação, que no Brasil chegou a ser publicada no site da *Veja*, de que o Covid-19 teria surgido de um hábito alimentar comum na China: comer morcegos ensopados. Não demorou muito para que essa informação fosse desmentida pela OMS e, até mesmo, pelo próprio Ministério da Saúde, o que causou certa surpresa,



considerando o perfil do governo federal com relação ao uso desse tipo de informação.

O mais provável até então, como sugerem Wallace *et all* (2020), é que o Covid-19 tenha surgido da venda de iguarias, ou seja, de animais silvestres em uma feira de Wuhan, um mercado crescente que explora o exótico, e, em geral, não é amplamente consumido, sendo algo mais restrito àqueles que podem pagar pela experiência que o turismo gastronômico, por exemplo, pode proporcionar. Nada muito diferente do que acontece aqui no Ver-o-Peso, em Belém do Pará, que desde 2015 conta com o título internacional de capital da gastronomia criativa concedido pela Unesco, ou com outros destinos amazônicos que despertam a curiosidade de pessoas atraídas pela culinária mais tradicional, como a ribeirinha marajoara, que usa em seus assados e guisados espécies de macacos, bichos-preguiça, pacas, quandus, mucuras, tatus, capivaras, jacarés, jabutis, peremas, dentre tantas outras.

O que quero dizer é que, se um patógeno conseguiu transbordar de um animal silvestre para o ser humano, como talvez tenha acontecido na feira de Wuhan, isso também poderia ter acontecido aqui no Ver-o-Peso, e nós seríamos os primeiros hospedeiros e transmissores de uma doença com a capacidade de ser tão ou mais perigosa que aquela provocada pelo Covid-19, pois a biodiversidade amazônica, incluindo nesse universo a de patógenos, é uma das maiores senão a maior do planeta, não por acaso, só um dos pesquisadores do Instituto Evandro Chagas

[...] já isolou mais de duzentos novos tipos de arbovírus, um recorde mundial. Ele próprio participou da identificação e descrição de uma centena deles. Afora sua diligência e a de seus colegas, o que pode explicar o feito é a espantosa biodiversidade amazônica de vetores e hospedeiros, de insetos que transmitem os vírus e vertebrados alados e arbóreos que os abrigam; a floresta coloca à disposição de cada um deles uma variedade incontável de nichos ecológicos [...]. “Desses duzentos e tantos arbovírus isolados, uns 37 são patogênicos”, diz Vasconcelos, “e 23 deles são estritamente amazônicos. É o que nós chamamos de vírus enzoóticos, porque vivem num ciclo fechado entre os vetores – os insetos hematófagos – e os vertebrados silvestres, seus hospedeiros. Lá eles estão em equilíbrio e geralmente não acometem humanos.” [...] “Não tenho ideia do número de vírus na Amazônia. Imagino que sejam milhares. Nós não sabemos.” [...]. “Se fosse apresentar uma gradação em ordem crescente de gravidade para os vírus que mais me preocupam, eu diria: o Mayaro e o Oropouche”. Silvestres na origem, os dois microrganismos são exemplos de agentes de novas doenças associadas a distúrbios ambientais – desmatamento,



abertura de áreas para pecuária e urbanização em regiões de fronteira” [...]. Resta saber se nas selvas da Amazônia não se esconde algum vírus com a letalidade de um Ebola ou de um Nipah. “Não quero ser alarmista, mas acho que sim”, diz Vasconcelos (SALLES, 2020, não paginado).

Neste artigo, portanto, tenho como objetivo compreender como o mercado de iguarias vem ganhando espaço na indústria alimentícia, problematizando como essa indústria, ao mesmo tempo que produz e distribui alimentos pelo mundo todo, também gera e faz circular fome e doenças, de modo a saber como os movimentos sociais vêm se articulando nesse campo para combatê-la.

Para compreender o mercado de iguarias, proponho pensar com as ferramentas teóricas que Lipovetsky (2007) desenvolveu sobre o consumo emocional, assim como as trabalhadas por Lazzarato (2019; 2020) quanto à lógica do capital como máquina de guerra para problematizar como a indústria alimentícia implica não só em doenças, mas também, ainda que paradoxalmente, em fome, sem perder de vista a crítica e a resistência que movimentos sociais fazem a esse fenômeno, o que me parece exigir a ferramenta teórica que Fraser (2018) usa ao falar das concessões que um neoliberalismo progressista fez a esses movimentos, como a instituição de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

## 2 O MERCADO DE IGUARIAS

A que exatamente se refere o mercado de iguarias? A princípio, temos que ter em mente que este é só mais um dos muitos mercados que compõem a indústria alimentícia, que não se resume à produção ou circulação de alimentos, ou mais precisamente, para produzir e fazer circular alimentos depende de uma complexa rede de discursos, práticas, instituições, verdades, mentalidades e comportamentos.

Essa rede perpassa pela grilagem, pela concentração de grandes extensões de terras, os latifúndios, e, conseqüentemente, por todos os tipos de conflitos no campo, incluindo os mais violentos, como os massacres recorrentemente registrados no interior do Pará, e os que chegam à cidade ocasionados pelo êxodo rural. Perpassa também pelo *lobby* e, até mesmo, pela



agenda do próprio governo, sobretudo, graças a uma bancada própria no Congresso Nacional, que Almeida (2011) afirma representar, sem qualquer cerimônia, os interesses do agronegócio, que conta, inclusive, com o apoio de congressistas de partidos de esquerda que ideologicamente deveriam combater o latifúndio, defender as comunidades tradicionais, o campesinato e levantar a bandeira da reforma agrária. Sob um discurso liberal, ou mais precisamente, neoliberal, a bancada ruralista atua no sentido de tornar as terras livres de qualquer embaraço que as impeça de serem negociadas no mercado fundiário, flexibilizando, por exemplo, as regras sobre a função social da propriedade, às quais atribuem o atraso do crescimento econômico do Brasil.

O que é ainda mais estratégico em se tratando de um país de capital dependente, que é historicamente voltado ao mercado externo, cuja moeda sofre considerável desvalorização em relação às estrangeiras, como o dólar e o euro. Isso só impulsiona ainda mais as exportações, muitas delas, negociadas diretamente nas bolsas de valores como verdadeiros ativos financeiros, ainda mais quando se trata de safras futuras, o que Machado, Oliveira e Mendes (2016) dizem servir a propósitos especulativos, com a capacidade de impactar o valor dos alimentos no mundo todo. Não por acaso Rocha (2008) nos diga que, para a economia mundial, a indústria alimentícia só fique atrás da petrolífera.

No entanto, essa complexa rede não para por aí. A indústria alimentícia ainda perpassa pela destruição da biodiversidade do planeta, pois o desmatamento de florestas, que também são alvos de queimadas, tem ocorrido para abrir caminho para extensas monoculturas e pastos para animais de espécies, quase sempre, estranhas àquela região, alterando todo o ciclo ecológico de um habitat natural.

A maior parte dessas monoculturas, conta Stroh (2002) é de transgênicos, ou seja, de espécies geneticamente modificadas, cujo uso se intensificou na década de 1970 com o aperfeiçoamento das técnicas de cruzamento e melhoramento, que na época prometiam reduzir o uso de agrotóxicos e vermicidas, diminuir o tempo entre cultivo e colheita, e precisar cada vez menos de grandes extensões de terras e recursos hídricos, criando-se, então, o mito dos superalimentos, o qual contou, inclusive, com o apoio da FAO na I Conferência Mundial de Segurança Alimentar,



realizada em 1974. Segundo a autora, com os transgênicos, da rica variedade das mais de 75 mil espécies até então cultivadas, restaram apenas 7 mil, que foram as geneticamente modificadas, e, dentre essas, somente trinta representam cerca de 95% da dieta da população mundial, sendo que 60% desse total se restringe ao trigo, arroz e milho, cujas patentes estiveram por muito tempo concentradas nas mãos de apenas seis grandes empresas: as norte-americanas *Monsanto Co*, *DuPont* e *Dow Chemical*, além da suíça *Novartis* (resultado da fusão da *Ciba-Geigy* com a *Sandos*), da alemã *AgroEvo*, e da inglesa *Zeneca*.

O curioso é que, apesar das promessas que giravam em torno do mito dos superalimentos, aconteceu exatamente o contrário, a exemplo do uso dos agrotóxicos que, mesmo com os transgênicos, continuou sendo recorrente, sobretudo porque, com a inserção dessas espécies geneticamente modificadas no meio ambiente, Rocha (2008) explica que surgiram pragas ainda mais resistentes, precisando, por consequência, de vermicidas mais fortes. Ao lado dessas pragas, há o caso dos transbordamentos, como se chama a infecção de seres humanos por patógenos, sejam eles vírus ou bactérias, anteriormente restritos às espécies silvestres drasticamente diminuídas ou mesmo extintas pela indústria alimentícia, que provocam doenças com altas taxas de transmissibilidade, e, também, de letalidade. Como Wallace *et al* (2020) nos mostram, doenças como a peste suína, o ebola, a febre aftosa, a hepatite E, a salmonela e uma diversidade de novas variantes da gripe, incluindo H1N1, H1N2v, H3N2v, H5N1, H5N2, H5Nx, H6N1, H7N1, H7N3, H7N7, H7N9 e H9N2 entram nessa conta. É muito provável que o Covid-19 também.

E tem mais coisas nessa complexa rede. Assim como a indústria alimentícia ressignificou *o que* se come, diminuindo a variedade de alimentos que compõe a dieta de boa parte da população mundial, ainda ressignificou *o como* se come. Segundo Maluf e Menezes (2012), vários fatores, e a urbanização é um deles, fizeram com que muitos hábitos à mesa fossem homogeneizados. O hambúrguer, típico de grandes franquias de *fast-food*, e os refrigerantes de marcas influentes se tornaram símbolos desses novos hábitos, sustentados pelo *marketing* e pela



propaganda que vendiam e até hoje ainda vendem uma experiência prazerosa, e quase sempre relacionado a espaços de divertimento, como parques e *shoppings*.

Suponho que muito disso se deve à mudança na mentalidade, no comportamento da população, que Lipovetsky (2007) chama de massa consumidora, que começa a se formar por volta de 1880, quando surgem as primeiras marcas, como a *Coca-Cola*, difundidas por novas técnicas de divulgação que iam muito além daquelas restritas a uma localidade. Assim como se deve ao surgimento dos magazines, que foram os primeiros estabelecimentos comerciais que ofereciam ao público não só a possibilidade de comprar, mas de se divertir comprando.

Diferentemente de Maluf e Menezes (2012), Lipovetsky (2007) entende que esse fenômeno não ficou restrito somente a esse momento da história, pois, segundo ele, na década de 1950, a formação da massa consumidora se consolida com o surgimento dos supermercados como conhecemos hoje e do uso da moda e da cultura pop para incentivar o consumo de bens que não fossem necessariamente essenciais e, assim, tornar viável o modelo fordista de produção em série. É óbvio que, com a derrocada desse modelo de produção no final do século passado, novas estratégias são empregadas para atender a massa consumidora, que agora é seduzida pelo o que Lipovetsky (2007) chama de proliferação da variedade, uma falsa sensação de exclusividade que depende da constante inovação, nem que seja de detalhes, para tornar tudo obsoleto muito rápido e criar a necessidade de substituição. O consumo, nesse momento, passa a ser um consumo emocional, do qual se depende para muito além da obtenção do necessário para se viver ou do simples *status* social que isso pode conferir, já que é dele, do consumo, que se extrai condições para a construção da própria identidade, do *homo consumericus*, um sujeito, no geral, individualista, ansioso, hedonista e endividado.

É isso que nos interessa para compreender o mercado de iguarias, porque suponho que esse mercado se sustenta ao vender a falsa ideia de ser exclusivo a um nicho específico, composto só por quem está disposto a pagar por uma experiência gastronômica única, um luxo que não está à disposição da massa consumidora de forma indiscriminada, mas que pode ser acessado por qualquer um



que esteja disposto a pagar o preço, o que, talvez, muitos estejam dispostos a fazer. Para esse mercado, o que interessa é a exploração do exótico, cujo modo de fazer difere substancialmente dos outros mercados que compõem a indústria alimentícia. Wallace *et all* (2020) sugerem que esse modo de fazer consiste em induzir comunidades tradicionais a colocar à disposição do mercado de iguarias pratos que simbolizem formas de vida alternativas a da massa de consumidores, de modo que, pressionadas a atender esse mercado, acabam fazendo mau uso dos recursos naturais, extraindo espécies silvestres, nativas de determinados habitats naturais, em quantidades que possam ser vendidas, colocando em risco a biodiversidade local e a própria barreira imunológica a patógenos antes restritos a morcegos, macacos e outros animais. Suponho que não seja muito diferente do que ocorre, por exemplo, com comunidades tradicionais que são induzidas a participar da extração de minérios ou de madeira.

Então, posso dizer que a exploração do exótico dependa dos saberes de comunidades tradicionais, e, também, das formas de vida alternativas que o exótico simboliza para simular momentos únicos a quem estiver disposto a pagar. O mercado de iguarias, portanto, é um novo campo de investimentos. Wallace, Liebman, Chaves e Wallace (2020), inclusive, afirmam que empresas, incluindo marcas norte-americanas que até então não tinham nada a ver com a indústria alimentícia, como a *Johnson & Johnson*, têm investindo cada vez mais nesse mercado. E como acionistas do agronegócio no Sul Global, monitoram os índices de desmatamento e calor em países como a China, Indonésia, Índia e em quase toda África e América Latina para antever crises ambientais e sanitárias que, ao mesmo tempo que decorrem de suas atividades, podem impactar, ainda que de alguma maneira, lucros futuros. Assim, diferentemente do que possamos pensar, a feira de Wuhan, onde teria surgido o Covid-19, não é um lugar improvisado, clandestino ou sem higiene. Pelo contrário, segundo os autores, segue uma série de recomendações para poder ter autorização das autoridades para funcionar. Ou seja, a pandemia não foi um acidente, na medida em que se entrecruza com um modo de fazer da indústria alimentícia que é mantido por uma mentalidade de consumo.



### 3 FOME E PANDEMIA

Enquanto o presidente do Brasil dizia que a fome era uma grande mentira, pois, para ele, esse fenômeno se resumiria à presença de pessoas com físico esquelético pelas ruas, o que não se via mais por aqui, o país voltava para o mapa da fome ainda em 2017, portanto, três anos antes da pandemia, como mostrou a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE divulgada em setembro de 2020. Àquela altura, 36,7% dos domicílios brasileiros já lidavam com algum grau de insegurança alimentar, mais da metade deles eram chefiados por mulheres, nos quais se encontravam, inclusive, metade das crianças com menos de cinco anos de todo o país. Desse percentual, destaco os domicílios assombrados com a privação severa de alimentos, em números reais, isso significava mais de 10 milhões de pessoas.

Voltar para o mapa da fome já era esperado, afinal, com a adoção de uma política de austeridade, vimos o desmonte das políticas públicas, sobretudo com o teto de gastos, que congelou os investimentos públicos em saúde, educação e assistência social por vinte anos, assim como também vimos a perda de direitos sociais, em especial, com a reforma trabalhista, e mais recentemente com a previdenciária.

Segundo Lazzarato (2019), essa política de austeridade se atribui à atual fase do capital, o neoliberalismo, cujas origens ele diz se confundir com as ditaduras da América do Sul, como indica a aproximação da Escola de Chicago aos regimes como os de Pinochet, no Chile. O objetivo dessa política, afirma Lazzarato (2019), é privatizar ao máximo os serviços considerados essenciais, realocando cada vez mais do Estado para o mercado, saúde, educação, assistência social, cujo acesso só é possível mediante o pagamento de um preço, que passa a ser financiado por linhas de crédito. Com isso, os usuários de políticas públicas se tornam uma massa consumidora, e a grande maioria dela, endividada com o sistema financeiro.

Se esse era o cenário quando não lidávamos com a pandemia, suponho que, com ela, tenha se agravado. Pelo menos é isso que sugerem os dados.



Com exceção do Programa de Aquisição de Alimentos que contou, inicialmente com um crédito extraordinário de 500 milhões de reais, depois, com mais 72,3 milhões, para a compra da produção da agricultura familiar e distribuição entre famílias em situação de vulnerabilidade social, que só no Pará teria alcançado 143 dos 144 municípios, o governo federal não pensou, a nível nacional, em nenhuma ação ou diretriz que coordenasse ou mesmo organizasse as várias iniciativas que se propuseram a minimizar os efeitos da pandemia sobre a fome no país. Refiro-me às governamentais, como o vale merenda concedido às famílias de alunos da rede pública de ensino por muitos estados e municípios, e também às não-governamentais, como as doações de cestas básicas por grupos religiosos, empresariais e filantrópicos. Foram iniciativas quase sempre desarticuladas entre si, isoladas, mas nem por isso pouco divulgadas, afinal, serviram e ainda servem de vitrine para que políticos, líderes religiosos e empresários se promovam ao mesmo tempo que mandam o recado a quem é assombrado pela falta de comida que alguma coisa está sendo feita em seu socorro, evitando a revolta popular.

No caso das doações de cestas básicas por grupos religiosos, empresariais e filantrópicos, ainda houve tentativas de articulação a nível local, pois muitas delas chegaram a ocorrer através de associações de bairro e da assistência social, como foi em Belém do Pará. Aqui me refiro à Funpapa, entidade gestora da Política Nacional de Assistência Social no município, que distribuiu entre os doze CRAS e dos cinco CREAS da cidade, além das cestas básicas provenientes desses grupos, máscaras de tecido e kits de higiene para doação às famílias que já eram atendidas por essa política pública. São famílias que se encontram, na sua larga maioria, na linha ou baixo da linha da pobreza, e algumas delas, com algum histórico de violência.

Só mais tarde, já em maio de 2020, que o governo federal deu início aos repasses do recurso extraordinário para financiar ações da assistência social relacionados à pandemia, dentre as quais a aquisição, pela própria Funpapa, do que chamamos nesse campo de apoio alimentar, um embrulho que reúne alguns itens da cesta básica, os quais foram destinados a essas mesmas famílias, dando prioridade àquelas que estivessem com alguma dificuldade para acessar o auxílio emergencial.



A licitação para a aquisição de dez mil apoios ocorreu ainda em maio de 2020. Orçada em 503 mil reais, previa a compra de açúcar, arroz, biscoito, café, farinha d'água, farinha de milho, feijão, leite, margarina, macarrão, óleo de soja, peito de frango congelado – que não chegou, de fato, a compô-los –, sal e sardinha em conserva.

Obviamente que o auxílio emergencial, assim como o vale merenda, que no Pará foi de 80 reais ao mês, eventuais cestas básicas e o mais raro ainda apoio alimentar não foram suficientes ou não chegaram a tempo, pois já observávamos o aumento da vulnerabilidade social na cidade, como a maior ocorrência do trabalho infantil e não protegido que relacionamos, de algum modo, à fome que se agravou na pandemia. Digo isso porque, só no CREAS do distrito de Icoaraci, o número de casos atendidos em 2020 superou em 40,7% os de 2019, indicando que o número de crianças e adolescentes no espaço de rua em busca da sobrevivência da família cresceu e tem sido muito maior do que nos tempos ditos *normais*.

Minimizar a fome não é combatê-la. Cestas básicas, por exemplo, não atacam sua origem. Na verdade, ações como essas, que muito lembram o combate à desnutrição infantil nas décadas de 1980 e 1990 através do soro caseiro feito à base da mistura de água, açúcar e sal, que foi amplamente usado pela Pastoral da Criança nas periferias e na zona rural do Brasil e, segundo Reinaldin (2017), em mais onze países subdesenvolvidos, além de não ameaçar quem dela se beneficia, ainda servem como oportunidade para ampliar o quão lucrativa pode ser. A alta dos preços dos alimentos, inclusive de forma abusiva por muitos supermercados, é um bom exemplo de como isso funciona, e o que órgãos de defesa do consumidor não têm como combater de forma isolada. Mas não para aí: o problema não está na distribuição de alimentos em si, é antes, na produção. Não por acaso, para Lazzarato (2019), o capital deva ser entendido sob uma lógica de guerra, uma máquina que se move tanto para garantir a determinadas classes o acúmulo de riquezas que são saqueadas violenta ou ideologicamente de outras classes, quanto para evitar revoluções. Para evitar revoluções, o capital geralmente provoca crises que, ao mesmo tempo que neutraliza ameaças, aumenta ainda mais a concentração de riqueza.



Lazzarato (2020) explica que a pandemia faria parte de uma dessas crises. Assim como a crise anterior, que ocorreu no final do século XIX em resposta ao movimento socialista e da Comuna de Paris, e se desenhou através da concentração da produção e do poder na forma de monopólios, da expansão do projeto de mundialização e da hegemonia do sistema financeiro, resultando nas disputas entre as potências europeias por colônias e as duas guerras mundiais, atingindo um lucro nunca antes vistos, uma verdadeira *belle époque* do capital; a de agora, que teve início na década de 1970 em resposta aos movimentos anticoloniais na periferia do Sistema-Mundo e pela luta por bem-estar social no centro dele, também se desenha por essas mesmas estratégias, só que mais radicalizadas. Agora, falamos de oligopólios generalizados, de globalização e de um sistema financeiro que, através do neoliberalismo, faz uso do Estado para converter qualquer coisa, de salários a relações pessoais, em renda sujeita à especulação, ao crédito, e ao endividamento.

No caso da indústria alimentícia, lembremos o que Rocha (2008) nos diz de ser ela a segunda mais importante para a economia mundial. Stroh (2002) apurou que, até 2000, a *Monsanto Co* foi a líder absoluta do setor, detendo a patente, por exemplo, da soja e do algodão, e depois do milho, geneticamente modificados. Para manter o seu monopólio a salvo, as sementes derivadas desses transgênicos foram desenvolvidas para sempre serem inférteis, inviabilizando o replantio. Segundo a autora, a agricultura familiar e tradicional foi a mais afetada, uma vez que, para quem a praticava era economicamente inviável adquirir, a cada colheita, as sementes matrizes dos transgênicos, deixando cerca de 1,4 bilhões de pessoas, algo em torno a 20% da população mundial, na incerteza alimentar.

Por isso, como alerta Lazzarato (2019; 2020), pouco importa o cuidado ou mesmo a vida dos trabalhadores se o lucro compensar, na medida em que o processo de acumulação do capital só é possível a partir da exploração de determinadas classes sobre outras, e para tanto, precisa subjugar-las, o que faz através do uso da guerra, não por acaso a prioridade tenha sido salvar a economia, e não vidas.



#### 4 UM NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA

Lipovetsky (2007) afirma que, apesar da ampla resistência de coletivos como partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e intelectuais, em sua maioria, de esquerda, além da juventude rebelde das últimas gerações, a mentalidade do *homo consumericus* não sofreu grandes abalos, já que suas estruturas vêm sendo construídas por, pelo menos, dois séculos. Trata-se de um grande projeto, não só econômico, social e político, mas também moral – diria até mesmo teológico –, já que existe, como afirma o próprio autor, uma espécie de espiritualidade de consumo que, ao mesmo tempo que orienta o *marketing* e a propaganda num determinado sentido, é orientada por essas técnicas, como sugere o estilo de vida baseado no consumo de produtos e serviços ecologicamente sustentáveis, o chamado *greenwashing*.

Mais ou menos nessa linha de raciocínio, Lazzarato (2019) considera que o capital se volta contra qualquer potência revolucionária que ameace a apropriação privada dos meios de vida. Potência revolucionária essa que vimos, por exemplo, em Maio de 1968 e, de certo modo, com os Coletes Amarelos, a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* na última década e, no Brasil, com o Junho de 2013, pois, segundo ele, apesar de terem sido revolucionários na maneira como se mobilizaram, não o foram com relação à agenda: ou porque foram apenas confronto sem projeto, ou porque assumiram um projeto meramente reformista, e neste último caso, encabeçado por uma esquerda populista que se limita a jogar dentro das regras impostas do jogo, flertando com o capital. Mesmo assim, Lazzarato (2019) reconhece que foram fundamentais para colocar em xeque, ainda que temporariamente, a circulação de mercadorias, finanças e informações, o que foi suficiente para ativar o ódio de classe e canalizar a violência contrarrevolucionária representada pela direita mais radical até então encoberta pelo manto do neoliberalismo nos últimos anos.

No caso da indústria alimentícia, contamos com uma resistência de tempos, encabeçada por um movimento composto por entidades representativas de povos indígenas e outras povos tradicionais, da agricultura familiar, de pessoas em



situação de rua, e de pesquisadores que militam pela segurança alimentar e nutricional, sobretudo, da parcela da população que mais sofre com a fome. Como Maluf e Menezes (2012) sugerem, o próprio conceito de segurança alimentar e nutricional é um campo em disputa há décadas, já que, segundo eles, trata-se de um conceito que sofre muitas influências, inclusive, de agentes econômicos mundiais que querem dele se apropriar, ou, ainda, derrubá-lo.

Apesar disso, os autores afirmam que o conceito que vem se desenhando é pensado como uma crítica à ideia de que a fome era, ou ainda seja, um produto da pouca oferta de alimentos, na medida em que leva em consideração questões estruturais na análise desse fenômeno, como a existência de conflitos armados ou de bloqueios econômicos impostos pelos países do Norte-Global aos países do Sul-Global. Nessa perspectiva, o conceito perpassa pela boa qualidade nutricional dos alimentos, rejeitando-se a concentração de substâncias químicas que os envenenam e os tornem impróprios ou inseguros para a saúde humana e ao meio ambiente; assim como pelo respeito aos hábitos à mesa próprios de culturas locais, sobretudo ao significado que tradicionalmente atribuem *ao que* e *ao como* se come; e, também, pela sustentabilidade na produção e distribuição de alimentos, evitando-se prejuízos à capacidade futura de se produzir e distribuí-los.

O movimento se articula em uma rede que cobre muitas partes do mundo e, com o tempo, passou a exercer forte *lobby* sobre várias organizações internacionais, chegando a incentivar a Cúpula Mundial da Alimentação das Nações Unidas, promovida pela FAO em 1996 e da qual se originou a Declaração de Roma. Foi nesse contexto, inclusive, que o Brasil teria passado a debater o conceito de segurança alimentar e nutricional e, anos mais tarde, a instituir, pelo Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é executada através de um sistema único, chamado de Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, composto pelos três níveis de governo e por entidades da sociedade civil, desde que sem fins lucrativos, com o intuito de promover o que definiu de “direito humano à alimentação adequada” (BRASIL, 2006, não paginado;



BRASIL, 2010, não paginado) através de ações intersetoriais previstas em planos deliberados em conferências periódicas e com representatividade popular.

São ações que vão muito além de doações de cestas básicas ou mesmo da compra de produção da agricultura familiar, já que levam em consideração desde a inclusão de famílias na linha ou abaixo da linha da pobreza em programas sociais, inclusive os de transferência de renda como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, ou a ampliação da oferta e da qualidade dos alimentos disponibilizados aos estudantes, trabalhadores e às pessoas em situação de rua, além do apoio a pessoas com necessidades alimentares especiais; até o fortalecimento da agricultura familiar, inclusive, mediante assistência técnica, e da produção urbana e periurbana de alimentos, sobretudo, através de hortas comunitárias, o estoque público de grãos estratégicos para a garantia de abastecimento em tempos de escassez e manutenção dos preços, o acesso de povos tradicionais e do campesinato à terra e aos recursos hídricos necessários para subsistência, manejo e uso sustentável da biodiversidade, sem contar a assistência humanitária e cooperação internacional, em especial, com outros países do Sul-Global.

O fato é que tratar do combate à fome muito além de uma questão de assistência social, como até então era, reconhecendo o fenômeno em sua inteireza, o que exige encará-lo como uma questão de educação, saúde, saneamento básico, controle econômico, fundiário, agrário, urbano e até internacional, provocou a reação de quem lucra com a fome e quer, por isso mesmo, mantê-la como uma realidade.

Em São Paulo, por exemplo, na contramão da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o governo municipal chegou a lançar, em outubro de 2017, um projeto que tinha como objetivo distribuir uma espécie de farinha, segundo notícias veiculadas na época, aos alunos da rede municipal de ensino, segundo outras, a todas às pessoas em situação de vulnerabilidade da cidade. Essa farinha, não se sabia ao certo, ora seria usada para preparar pães, bolos ou biscoitos, ora seria, ela mesma, a própria refeição devido às supostas propriedades nutricionais que faziam dela um alimento completo, a ponto de a imprensa ter passado a chamá-la, de forma irônica, dentre outras coisas, de *ração do Dória*.



Diante da repercussão negativa do caso, vereadores de oposição e o Ministério Público começaram a investigar tanto a Sinergia, entidade filantrópica que produzia a farinha, quanto a matéria prima que usava para produzi-la, descobrindo que era feita a base de alimentos próximos à data do vencimento ou esteticamente inviáveis para a venda e que eram descartados por grandes supermercados, o que fez o governo municipal, sob a pressão de protestos nas redes sociais e nas ruas, desistir do projeto.

A reação, no entanto, não se restringiu a iniciativas locais, como o episódio da *ração do Dória*. Nos últimos anos, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo desemparelhada por dentro. Não bastasse a vinculação dessa política pública à pasta da assistência social, e agora, também a do esporte, que juntas compõem a atual pasta da cidadania, o governo federal ainda não convocou, mesmo diante da urgência que a pandemia impôs, a conferência responsável pela deliberação das ações intersetoriais de combate à fome, e o último plano – II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – previa ações apenas para o triênio de 2016-2019. Além disso, o estoque público de grãos estratégicos para a garantia de abastecimento em tempos de escassez e manutenção dos preços teve uma redução média de 96%, o menor dos últimos anos, o que ajudou, por exemplo, na alta do arroz e outros alimentos básicos no pico da pandemia.

Portanto, não foi por acaso que tenhamos voltado a assistir doações de cestas básicas a que me referi anteriormente. A essa altura, não podemos mais acreditar que os acontecimentos sejam isolados. Fraser (2018) nos ajuda a pensar sobre isso ao dizer que vivíamos, até pouco tempo, um neoliberalismo que ela chamou, reconhecendo o quão paradoxal isso possa parecer à primeira vista, de progressista. Segundo ela, o neoliberalismo progressista foi marcado pela sedução de uma parcela significativa de movimentos sociais pelo capital. Através de pequenas concessões, como definição de pautas e o acesso a lugares de destaque por pessoas que representavam determinados grupos dominados, acabou se formando uma aliança entre alguns nomes da luta pelas mulheres, negros, indígenas, meio ambiente e LGBTQ com o Wall Street, Vale do Silício e Hollywood, o



que explicaria, por exemplo, o *greenwashing* a que me referi, também, anteriormente.

Ao mesmo tempo que o capital absorvia o carisma desses nomes, pacificava, ou mesmo neutralizava em partes, os movimentos sociais dos quais faziam parte, colocando a salvo as estruturas de dominação que a autora chama de hegemonia. Então, posso deduzir que, tal como nos alertou Deluchey (2016) sobre as contraestratégias fazerem parte de um dispositivo tanto quanto a própria estratégia por detrás dele, o combate à fome, até certo ponto, ou dependendo de como foi pensado e institucionalizado, pôde ser tão fundamental para a indústria alimentícia quanto a própria fome que produz e faz circular.

Digo *foi* e não *é*, porque Fraser (2018) explica que, com o colapso desse modelo de neoliberalismo provocado pelo endividamento da massa consumidora e pela bolha do sistema financeiro, e bem antes, pela precarização, cada vez mais comum, dos empregos e dos serviços públicos, assim como pelo negacionismo climático e pela violência policial sistêmica refletida em mortes e no aumento do encarceramento da população, sobretudo negra e periférica, outro modelo, que a autora chama de reacionário, ganha espaço, e com o *Brexit* no Reino Unido, as eleições de Trump nos Estados Unidos e de tantos outros, como a de Bolsonaro no Brasil, se consolida através de outras alianças feitas, dessa vez, entre o capital e movimentos conservadores, autodeclarados cristãos, além de militares e protofascistas.

Com isso, agora posso dizer que, enfim, entendemos o que Lipovetsky (2007) e Lazzarato (2019; 2020) estavam querendo dizer sobre a resistência, mais precisamente, aquela resistência que não foi, de fato, suficiente, muito provavelmente, porque ela estivesse aliada, ainda que de algum modo, com aquilo que ela própria se prestava a resistir. Substituir contraestratégias pelo freio da locomotiva da história, como Benjamin (2012) chamava a revolução que evitaria a catástrofe trazida a medida em que se avança nos trilhos que são o progresso do capital, um progresso que não deixa de ser marcha de guerra, parece o único caminho. Mas como frear a história?



Cheguei a acreditar que a pandemia poderia ter sido esse freio, forçando a locomotiva da história parar, e, por algum tempo, pensei que Zizek (2020) estava certo ao vê-la como um ensaio para um projeto socialista diante da incapacidade de países capitalistas geri-la sem expor as escolhas feitas em favor do mercado e em detrimento de formas de vida menos ou sequer valorizadas. Mas tão logo me deparei com todo o espetáculo que foi a doação de cestas básicas, percebi o que o Covid-19 se tornou ou sempre foi, como disse Lazzarato (2020), parte de uma crise projetada pelo próprio capital, uma máquina de guerra, que como uma, tem a capacidade de arrasar lugares e vidas. E ainda é assim que a enxergo hoje. O pior disso tudo é que a exploração da Amazônia, e de outras partes do mundo, tanto pelo desmatamento desenfreado para ampliar as fronteiras do agronegócio quanto pelo mercado de iguarias, pode provocar uma pandemia tão ou mais grave que a de Covid-19, pois

Segundo o virologista Dennis Carroll, criador de uma unidade de monitoramento de pandemias para o governo dos Estados Unidos – o Programa de Ameaças Pandêmicas Emergentes, desativado por Trump em 2019 –, o maior fator preditivo de eventos de transbordamento é a mudança no uso da terra, isto é, a transformação de ambientes naturais em áreas destinadas à agricultura e especialmente à pecuária. A velocidade desses transbordamentos está em franca aceleração. Hoje eles ocorrem numa frequência de duas a três vezes maior do que há quarenta anos. Ebola, Aids e Covid-19 são doenças diretamente ligadas a perturbações do meio ambiente (SALLES, 2020, não paginado).

Tanto é verdade que a própria OMS, na sua última coletiva de imprensa de 2020, afirmou que o Covid-19 pode não ter sido o pior vírus que tenhamos que lidar nesses tempos, pois pandemias mais letais são uma realidade possível.

## 5 CONCLUSÃO

Com este artigo pretendi montar, com as ferramentas teóricas de Lipovetsky (2007), Lazzarato (2019; 2020) e Fraser (2018), uma grade de análise em que pudesse situar a pandemia que vem nos assombrando nesses últimos tempos ao lado da fome. Digo *ao lado* para evitar que pensemos que a fome é a causa ou o efeito de doenças que têm a capacidade de parar, seja a nível local, seja



a nível regional ou mesmo global, aquilo que se entende por *normalidade*. Desse modo, não corremos o risco de acreditar que a fome tenha ressurgido por causa do Covid-19, vírus a que se atribuiu ou ainda se atribui o freio da locomotiva que é a história, ou mais precisamente, daquela história que esmaga os oprimidos a que se referiu Benjamin (2012). A essa história, chamemos de capital, a economia que o presidente do Brasil, e muitos outros, tanto brigam para mantê-la nos trilhos do progresso, mesmo que a custa de muitas vidas, da catástrofe.

O que, talvez, não contássemos, era que esse freio não era o de emergência: a pandemia se mostrou como mais uma parada na qual se expulsa aqueles que não teriam condições de seguir viagem, de sobreviver ao Covid-19. Nessa conta, foram muitas pessoas idosas, com comorbidades de saúde, sem água encanada, sem geladeira ou despensa cheia.

Fome e pandemia, portanto, me serviram como chave de leitura para compreender como o mercado de iguarias vem ganhando espaço na indústria alimentícia, até onde se sabe, responsável pelo aparecimento do Covid-19 assim como de outros patógenos, a exemplo da peste suína, do ebola, da febre aftosa, da hepatite E, da salmonela e uma diversidade de novas variantes da gripe. Um mercado que explora o exótico, o que alimenta e é alimentado por uma mentalidade de consumo, que Lipovetsky (2007) chama de emocional, que existe tanto na feira de Wuhan, quanto no Ver-o-Peso e em qualquer outro canto do mundo em que o capital já tenha capturado *o que* e *o como* se come.

Ainda mais a fundo, fome e pandemia também me serviram de chave de leitura para a guerra que Lazzarato (2019; 2020) diz que o capital promove. Através de crises que ele próprio provoca se desarticula qualquer ameaça revolucionária, restando, tão somente, um campo estreito, cuja passagem, quando permitida, resulta reformas que, apesar de garantir melhores condições de vida, não têm a capacidade de colocar em xeque toda a estrutura de dominação. A resistência que movimentos sociais fazem à indústria alimentícia, ou mais precisamente, à fome, é um bom exemplo disso, na medida em que só foi possível falar numa Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no momento em que a atual fase do capital, o neoliberalismo, se orientava por um modelo que Fraser (2018)



ironicamente chama de progressista. Trata-se de concessões em troca de algum retorno, seja simbólico, como o carisma que essas alianças podem trazer, seja lucrativo, diante dos novos nichos de mercado. Mas ao sinal de qualquer transformação social mais sensível, o avanço humano então parece diante de reações mesquinhas.

Com isso, não me furtei em reconhecer o avanço humano que representou a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o Brasil, mas também não me furtei da responsabilidade de colocá-la em xeque, de profaná-la, afinal, esse é o primeiro passo para deslocar para a crítica os debates até então confiados a espaços sacralizados, maniqueístas e, em certo ponto, inquestionáveis.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. L'invenzione di un'epidemia. *Quodlibet*, Roma, 26 fev. 2020.

Disponível em:

<<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Org.). *Terras e territórios na Amazônia*. Brasília: UnB/Abaré, 2011.

AMADEO, Pablo (Org.). *Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. Buenos Aires: ASPO, 2020.

BENJAMIN, Walter. Comentários a “Sobre o conceito de história”. In: \_\_\_\_\_. *O anjo da história*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Pará e Amazonas recebem recursos do governo federal para o Programa de Aquisição de Alimentos, do Ministério da Cidadania.

*Gov.br*, Brasília, 24 set. 2020. Disponível em:

<<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/para-e-amazonas-recebem-recursos-do-governo-federal-para-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos-do-ministerio-da-cidadania>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sopa de morcego e coronavírus é fake news. *Gov.br*, Brasília, 29 jan.2020. Disponível em:



<<https://antigo.saude.gov.br/fakenews/46240-sopa-de-morcego-e-o-coronavirus-e-fake-news>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BUTLER, Judith. *Capitalism has its limits*. Verso, New York, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.versobooks.com/blogs/4603-capitalism-has-its-limits>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

CORONAVÍRUS pode ter sido transmitido por sopa de morcego. *Veja*, São Paulo, 23 jan. 2020 Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/coronavirus-pode-ter-sido-transmitido-por-sopa-de-morcego-e-carne-de-cobra/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

CUNHA, Joana. Procon prepara fiscalização em supermercados de SP sobre alta no preço dos alimentos. *Valor Econômico*, São Paulo, 9 set. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/09/09/procon-prepara-fiscalizacao-e-m-supermercados-de-sp-sobre-alta-no-preco-do-alimento.ghtml>>. Acesso em: 31 dez. 2020.

DELUCHEY, Jean-François Yves. Sobre estratégias e dispositivos normativos em Foucault: considerações de método. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, Goiânia, v. 40, n. 2, p. 175-196, 2016.

ENDEREÇO de fabricante de ração humana de Dória é de uma residência onde não funciona empresa alguma. *Fórum*, São Paulo, out. 2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2017/10/20/endereco-de-fabricante-de-racao-humana-de-doria-e-de-uma-residencia-onde-nao-funciona-empresa-alguma/>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, set./dez. 2018.

“GRIPIZINHA”: leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre Covid-19. *Uol*, São Paulo, 24 de mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

LAZZARATO, Maurizio. *É o capitalismo, estúpido!* Tradução de Beatriz Sayad. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução?* O neoliberalismo em chave estratégica. Tradução de Takashi Wakamatsu e Fernando Scheibe. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de; MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Revista Saúde Social*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505-515, 2016.

MALUF, Renato Sérgio Jamil; MENEZES, Francisco. *Cadernos ideias na mesa: segurança alimentar*. Brasília: UnB, 2012. Disponível em: <<https://ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=bibliotecaldeias/view&id=136>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MALUF, Renato Sérgio Jamil; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. *Cadernos de Debate da Unicamp*, Campinas, n. 4, p. 66-88, 1996.

PARA pesquisadora da USP, “ração humana” da Prefeitura de São Paulo é “inaceitável”. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 14 out. 2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/10/para-pesquisadora-da-usp-racao-humana-da-prefeitura-de-sao-paulo-e-inaceitavel>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

“PASSAR fome no Brasil é uma grande mentira”, diz Bolsonaro. *Extra*, Rio de Janeiro, 19 jul. 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/passar-fome-no-brasil-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro-23818617.html>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

POLTRONIERI, Fabiana. A farinata (ração humana) pode melhorar a alimentação em SP? *Veja*, São Paulo, 27 out. 2017. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/farinata-racao-humana-sao-paulo-doria/>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

RAPOSO, Paulo. Vampirismos em tempos de pandemia. *Confinaria*, Lisboa, 10 abr. 2020. Disponível em: <<https://confinaria.hypotheses.org/340>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

REINALDIN, Regina. *Soro caseiro na Pastoral da Criança*. Curitiba: Pastoral da Criança, 2017. Disponível em: <<https://www.pastoraldacrianca.org.br/soro-caseiro/soro-caseiro-na-pastoral-da-crianca>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

ROCHA, João Carlos de Carvalho. *Direito ambiental e transgênicos: princípios fundamentais da biossegurança*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SALLES, João Moreira. O elefante negro: que doenças a floresta esconde? *Revista Piauí*. n. 169, out. 2020.

STROH, Paula Yone. Ciência, mercado, OGMs, fome e a ética do princípio da precaução. In: LINS JÚNIOR, George Sarmiento (Org.). *Direitos humanos e bioética*. Maceió: EDUFAL, 2002.



TAJRA, Alex. Os estranhos interesses por trás da ração humana. Uma empresa que nada produz. Uma gestora ligada a causas de ultra-direita. Uma “clínica” onde 14 morreram por intoxicação alimentar. Um projeto de lei suspeito. *Outras Palavras*, São Paulo: 23 out. 2017. Disponível em:

<<http://outraspalavras.net/brasil/os-estranhos-interesses-por-tras-da-racao-humana/>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

“TEMOS que nos preparar para algo que pode ser ainda mais grave no futuro”, diz OMS sobre pandemia: diretor de emergências da entidade alertou que Covid-19 não é necessariamente a “grande” pandemia, e que novo coronavírus pode se tornar endêmico. *G1*, Rio de Janeiro, 28 dez. 2020. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/28/temos-que-nos-preparar-para-algo-que-pode-ser-ainda-mais-grave-no-futuro-diz-oms-sobre-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

VASCONCELLOS, Hygino. Brasil esvazia estoques de alimentos e perde ferramenta para segurar preços. *Uol*, Porto Alegre, 19 set. 2020. Disponível em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/19/estoques-publicos-conab-alimentos-reducao.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

WALLACE, Rob; LIEBMAN, Alex; CHAVES, Luis Ferando; WALLACE, Rodrick. Covid-19 and circuits of capital. *Monthly Review: Independent Socialist Magazine*, New York, v. 72, n. 1, may. 2020.

ZIZEK, Slavoj. Coronavirus is ‘Kill Bill’-esque blow to capitalism and could lead to reinvention of communism. *RT Question More*, Moscou, 27 fev. 2020. Disponível em:

<<https://www.rt.com/op-ed/481831-coronavirus-kill-bill-capitalism-communism/>>. Acesso em: 22 dez. 2020.